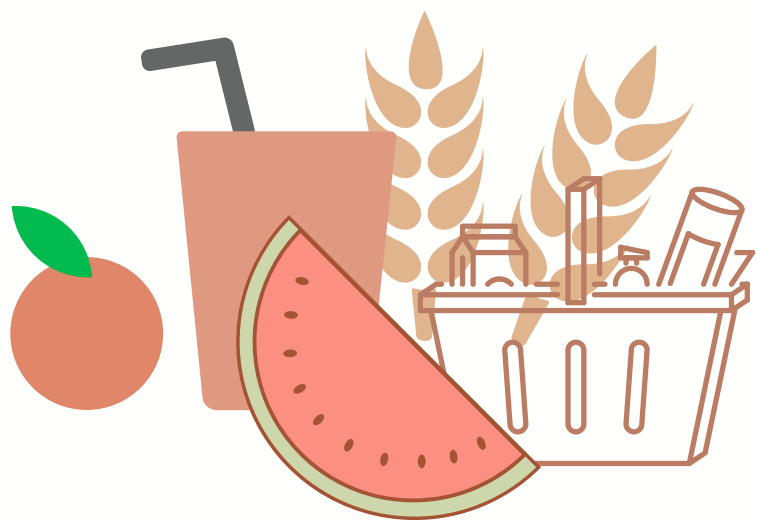


2ª edição

# SUMÁRIO EXECUTIVO

## SEGURANÇA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL: UM PANORAMA SOCIODEMOGRÁFICO



Outubro de 2023

## SEGURANÇA ALIMENTAR NO DISTRITO FEDERAL: UM PANORAMA SOCIODEMOGRÁFICO

### Apresentação

Este sumário executivo apresenta e analisa os resultados do estudo “Segurança Alimentar no Distrito Federal: um panorama sociodemográfico” elaborado a partir dos dados coletados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021. A pesquisa utilizou a escala brasileira de segurança alimentar (EBIA) em sua versão completa (14 itens) para coletar informações sobre a situação da segurança alimentar nos domicílios do Distrito Federal.

Os resultados das análises estão desagregados por grupos de renda da PDAD e, sempre que possível, por região administrativa (RA). Também foram investigados fatores associados à insegurança alimentar e nutricional a partir da literatura existente.

Atendendo às boas práticas de transparência, esta 2ª edição do sumário executivo apresenta as seguintes alterações em relação à versão publicada em Julho de 2023:

\*O modelo de regressão adotado foi a regressão logística binária (RLB). Na versão anterior do sumário, foi adotado o modelo de regressão logística multinomial;

\*A partir do modelo RLB, a magnitude do grupo de renda baixa passou de 9 vezes para 6,34 vezes mais chance de (in)SAN, em comparação à renda alta;

\*Considerando o novo modelo (RLB), algumas variáveis perderam a significância estatística e foram retiradas da análise de resultados. São elas: “não ter esgotamento sanitário”; e as relacionadas à diminuição de chances de (in)SAN: “número de pessoas no domicílio”, “quantidade de moradores menores de 18 anos”; e “chefe do domicílio idoso”.

\*As categorias de insegurança “leve”, “moderada” e “grave” foram agrupadas no novo modelo. Com isso, a interpretação dos domicílios em (in)SAN grave, em comparação com SAN, não pode ser realizada.





**Acesse o estudo  
completo no link:**

<https://www.ipe.df.gov.br/seguranca-alimentar-no-distrito-federal-um-panorama-sociodemografico/>



## Metodologia

- Os dados utilizados neste estudo foram extraídos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021.
- A pesquisa utilizou a **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**, que mede percepção e vivência de insegurança alimentar e fome no nível domiciliar, captando a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e a experiência de vida com a insegurança alimentar e a fome vivenciada nos domicílios (KEPPLE & SEGALL-CORRÊA, 2011)<sup>1</sup>, em sua versão completa (14 itens). Sua aplicação fornece estimativas da prevalência de insegurança alimentar em diferentes níveis de severidade, por meio de perguntas sobre comportamentos adotados frente à insuficiência alimentar e à incerteza em relação ao acesso ao alimento.
- As categorias de classificação da EBIA nos domicílios são descritas como:

Categoria de classificação da EBIA	Descrição da categoria
 <b>Segurança Alimentar (SA)</b>	Acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
 <b>Insegurança Alimentar Leve (IL)</b>	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultantes de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
 <b>Insegurança Alimentar Moderada (IM)</b>	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentos resultantes de falta de alimentos entre os adultos.
 <b>Insegurança Alimentar Grave (IG)</b>	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentos resultantes da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Fonte: Dipos/IPEDF Codeplan.

1. KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 187-199, 2011.

4. Com base na literatura, este estudo optou por analisar fatores determinantes de segurança alimentar e nutricional (SAN) os classificando em: distais (características do território), intermediários (características dos domicílios) e proximais (características dos chefes de família).
5. Para estimar as chances de um domicílio distrital estar em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi aplicado um modelo de regressão logística binária (RLB). Com base na literatura, optou-se por investigar o impacto de 17 fatores/ variáveis da PDAD 2021 sobre a probabilidade de um domicílio no Distrito Federal estar em situação de insegurança alimentar descritas no quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis analisadas no modelo RLB por grupo de fatores

Fatores		
Proximais	Intermediários	Distais
<ul style="list-style-type: none"> <li>· Chefia do domicílio compartilhada</li> <li>· Faixa etária do chefe do domicílio</li> <li>· Escolaridade do chefe do domicílio</li> <li>· Ocupação/aposentado/pensionista do chefe do domicílio</li> <li>· Raça/gênero do chefe do domicílio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Água para consumo</li> <li>· Esgotamento sanitário</li> <li>· Número de pessoas no domicílio</li> <li>· Densidade por cômodo para dormir</li> <li>· Presença de crianças com menos de 6 anos</li> <li>· Composição do domicílio</li> <li>· Arranjo domiciliar</li> <li>· Proporção da renda gasta com aluguel</li> <li>· Pobreza Monetária (IBGE)</li> <li>· Presença de PcD no domicílio</li> <li>· Benefício social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Grupo de renda (RA)</li> </ul>

Fonte: Dipos/IPEDF Codeplan.

## Resultados

### Insegurança Alimentar – Domicílios

- **21% dos domicílios do DF estão em situação de insegurança alimentar.** Considerando graus de severidade, 12,9% (120.563) estavam em insegurança leve; 4,2% (39.046) em insegurança moderada; e 3,9% (36.753) em insegurança grave.
- Nas **regiões de alta renda, 96,6% dos domicílios estão em situação de segurança alimentar** e, nas de baixa renda, 64,3% dos domicílios.
- A classe A concentra a maior porcentagem de domicílios em segurança alimentar (96,7%), sendo essa proporção decrescente na medida em que a renda média domiciliar diminui, atingindo 54,2% na classe DE.



- **A maior prevalência de insegurança alimentar se dá em domicílios com configurações do tipo arranjo monoparental feminino**, com 17,8% dos domicílios em insegurança alimentar leve e 7,1% em insegurança moderada e 7,1% em insegurança grave.
- 30,7% dos domicílios em que residem crianças na primeira infância (0 a 6 anos) estão em algum grau de insegurança alimentar.
- 47,2% dos domicílios com 3 ou mais moradores com menores de 18 anos estão em algum grau de insegurança alimentar.
- **41,9% dos domicílios com pessoas com deficiência estão em algum grau de insegurança alimentar.**
- 9% dos domicílios do DF têm ao menos um residente que recebe algum benefício social. Entre esses domicílios, 55,4% estão em algum grau de insegurança alimentar.
- Entre domicílios chefiados por chefe homem não negro<sup>2</sup>, 88,6% estão em segurança alimentar. Entre domicílios chefiados por mulheres negras, esse percentual é de 68,2%.
- **Há maior prevalência de segurança alimentar em domicílios que são abastecidos pela CAESB (79,3%).** Já entre os domicílios que possuem outra fonte de água (poço/cisterna, poço artesiano, captação água da chuva etc.), esse percentual é de 70,7%.
- Entre os domicílios que recebem esgotamento via CAESB, 76,9% estão em segurança alimentar. Entre os demais domicílios, essa porcentagem é de 72,3%.
- **43% dos domicílios que gastam mais de 30% da renda domiciliar com aluguel estão em insegurança alimentar.** Já entre domicílios cujo o gasto com o aluguel é inferior a 30% da renda, 23,3% estão em insegurança alimentar.



2. Na categoria não negros são consideradas as pessoas que se declaram brancas, amarelas e indígenas. Já os que se declaram negros ou pardos são incorporados na categoria negros.

## Insegurança Alimentar – Moradores

- **24,57% das pessoas do DF estão em algum grau de insegurança alimentar.** Considerando graus de severidade, 15,42% (451.965) estavam em insegurança leve; 4,56% (133.599) em insegurança moderada; e 4,59% (134.459) em insegurança grave.
- Nas RAs de renda alta renda, 96,3% dos moradores estão em situação de segurança alimentar. Em RAs de baixa renda, esse número é de 62,5%.
  - Entre homens não negros, há uma maior prevalência de segurança alimentar (82%) comparativamente às demais categorias de agrupamento de raça-cor. **30,4% das mulheres negras do DF residem em domicílios em algum grau de insegurança alimentar e nutricional.**
- Pessoas na faixa etária de 60 anos e mais apresentam a menor prevalência de insegurança alimentar e nutricional no DF (17,3%). O grupo de 0 a 6 anos apresentam a maior prevalência e insegurança alimentar e nutricional (32,4%).



- O **critério de vulnerabilidade de renda definido pelo IBGE** considera que pessoas estão abaixo da linha de pobreza quando a renda domiciliar per capita é inferior a meio salário mínimo. **No DF, 58,5% das pessoas em situação de pobreza estão em insegurança alimentar**, sendo 28,2% em grau leve, 13,1% em grau moderado e 17,2% em grau grave.
- Pelo **critério de vulnerabilidade de renda definido pelo Decreto federal nº 10.852**, de 8 de novembro de 2021, que considera que a pessoa está abaixo da linha de pobreza se ela reside em um domicílio com renda domiciliar per capita menor ou igual a R\$ 210,00 (duzentos e dez reais)<sup>3</sup>, no DF, 57,2% das pessoas em situação de pobreza estão em insegurança, sendo 22,2% leve, 14,1% moderada e 21% grave.



3. BRASIL. Ministério da Cidadania. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/d10852.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.852%2C%20DE%208,9%20de%20agosto%20de%202021.>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10852.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.852%2C%20DE%208,9%20de%20agosto%20de%202021.>) >

## Fatores associados à insegurança alimentar: Modelo de regressão logística binária (RLB)

- Os fatores que contribuem aumentando a chance de insegurança alimentar são a (i) renda média do grupo de RAs ao qual o domicílio pertence, com 6,34 vezes mais chances para regiões de baixa renda, em comparação às de renda alta; (ii) aumento na densidade de moradores por cômodo para dormir; (iii) presença de morador com deficiência; (iv) gastar mais de 30% da renda com aluguel; (v) renda domiciliar per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; (vi) receber benefício social; e (vii) menor escolaridade do chefe da família.
- O repasse de benefício social tem a finalidade de contribuir para que as famílias saiam da situação de insegurança alimentar e nutricional. No entanto, no atual cenário social e econômico do Distrito Federal, esses benefícios ainda não são suficientes para eliminar a situação.

## Considerações finais

Ao longo do tempo, desde os estudos sobre a fome na década de 40 até os dias atuais, existe um esforço de criar um conjunto de leis, espaços de participação e discussão que organize o campo de Segurança Alimentar e Nutricional, superando o tema da fome ao ampliar o olhar para a percepção das pessoas sobre a disponibilidade de alimentos. Este estudo busca contribuir para o debate ao fornecer informações e dados sobre a situação de SAN para o DF.

Vale destacar que na PDAD 2021, a aplicação da EBIA foi realizada pela primeira vez para a observação dos territórios menores – regiões administrativas – do Distrito Federal. A manutenção da aplicação da escala nas próximas edições dessa pesquisa permitirá a construção de informações históricas sobre SAN.

## **EQUIPE RESPONSÁVEL**

### **Diretoria de Estudos e Políticas Sociais - Dipos/IPEDF**

Marcela Machado – Diretora

### **Coordenação de Estudos de Avaliação de Políticas Sociais- COAPS/DIPOS/IPEDF**

Francisca de Fátima de Araújo Lucena – Coordenadora

Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira – Coordenadora (até abril/2023)

## **ELABORAÇÃO DO ESTUDO**

Marcela Machado - Aprovação da versão final (2ª edição)

Daienne Amaral Machado – Concepção do estudo; Redação; Revisão crítica; Supervisão; e Aprovação da versão final

Francisca de Fátima de Araújo Lucena – Concepção do estudo; Revisão de literatura; Tabulação de dados; Análise/interpretação de dados; Redação; Revisão crítica; Reedição (2ª edição)

Gustavo Silva Tavares de Oliveira – Tabulação de dados

Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira – Concepção do estudo; Revisão de literatura, Redação, Revisão crítica; e Supervisão

Maria Salete Alves Queiroz – Tabulação de dados; Análise/interpretação de dados; Redação

Roberta Sousa – Análise/interpretação de dados; Redação

Victória Evellyn Costa Moraes Sousa - Tabulação de dados; Análise/interpretação de dados

Rafael Silva Matos – Tabulação de dados

Diego Loiola - Diagramação

**Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan**

Setor de Administração Municipal

SAM, Bloco H, Setores Complementares

Ed. IPEDF Codeplan

CEP: 70620-080 - Brasília-DF

Fone: (061) 3342-2222 [www.ipe.df.gov.br](http://www.ipe.df.gov.br)

[ipe@ipe.df.gov.br](mailto:ipe@ipe.df.gov.br)

